



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 23 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2006

Altera dispositivos da Constituição Estadual.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, nos termos do art. 74, § 2º da Constituição do Estado do Piauí, PROMULGA a seguinte emenda ao texto constitucional.

Art. 1º O inciso III do art. 22 da Constituição do Estado do Piauí passará a ter a seguinte redação:

“Art. 22. Compete aos Municípios:

- I -
- II -
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas, publicar balancetes e os relatórios e demonstrativos da LRF, nos prazos fixados em lei; (NR)
- IV -
- V -
- VI -

Art. 2º O parágrafo único do art. 28 da Constituição do Estado do Piauí terá o seguinte teor:

“Art. 28. Os Municípios publicarão em seu órgão de imprensa, dentro de dez dias a partir da ulitimação do ato respectivo:

- I -
- II -
- III -
- IV -

Parágrafo único. No Município onde não houver órgão de imprensa oficial, a publicação dos atos referidos neste artigo e no art. 22, será feita no Diário dos Municípios, órgão de publicação dos atos municipais, instituído pela Associação Piauiense de Municípios.”(NR)

Art. 3º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, em Teresina.
(PI), 01 de novembro de 2006.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Dep. **JERACILLETE**
1º Vice-Presidente

Dep. **NERVALDO**
2º Vice-Presidente

Dep. **MORCELO SOUSA FILHO**
1º Secretário

Dep. **FLÁVIO NOGUEIRA**
2º Secretário

Dep. **FERNANDO MONTEIRO**
3º Secretário

Dep. **FLORA IZABEL**
4º Secretário

Dep. **MAURICIO ADÉTY**
1º Suplente

Dep. **MARDEN MENEZES**
2º Suplente

P. P. 4449



GOVERNO
ESTADUAL

Folha de Informação ou despacho

RUBRICA	Fl. Nº
ANEXOS	NÚMERO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PORTARIA GSF/SEFAZ/055, de 06 de agosto de 2001, do Exmº Sr. Secretário de Fazenda do Estado do Piauí, publicada no D.O.E. nº 154/01, de 10 de agosto de 2001.

INDICIADO: MARTINHO RAFAEL MARTINS

Vistos, etc.

O processo administrativo tramitou dentro dos parâmetros fixados pela lei, observando-se, nessa tramitação, que o direito do contraditório, da ampla defesa e da apreciação das provas operou-se em sua plenitude.

Isto posto e considerando o teor do Ofício nº 111.05-005/2002, do Sr. Procurador-Geral do Estado e tudo mais que dos autos consta, decido concordar com o substancial relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e aplicar ao servidor **MARTINHO RAFAEL MARTINS**, Arrecadador Tributário Estadual, Classe “D”, matrícula nº 043729-8, lotado na 5ª Região Fiscal, Floriano, Piauí, a pena de demissão com base no art. 148, III, pela prática das infrações contidas no art. 138, IX e art. 153, IV e X, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí).